

Certezas do presente, ilusão do possível?

ELEUTÉRIO F. S. PRADO¹

Análise do Presente

Qual seria o sentido histórico das teses contidas no livro *Misérias do presente, riqueza do possível* de André Gorz²? O seu objetivo seria sacudir as mãos, os braços e todo o corpo, e mesmo gritar, para apregoar aos desiludidos e aos politicamente alienados que se encerram grandes possibilidades de emancipação nas transformações do capitalismo nas duas últimas décadas do século XX? Eis que o significado dessa obra se anuncia mesmo já nas primeiras palavras da *Introdução*:

“É preciso aprender a discernir as possibilidades não cumpridas que dormitam nas dobras do presente. É preciso querer apropriar-se daquilo que se transforma. É preciso ousar o Êxodo. É preciso nada esperar das soluções sintomáticas da “crise”, pois não há mais crise: um novo sistema instalou-se e este sistema abole maciçamente o “trabalho”. Restabelece as piores formas de dominação, de sujeição, de exploração, obrigando todos a lutarem contra todos em busca deste “trabalho” que o próprio sistema aboliu”³.

1. Professor da USP; correio eletrônico: eleuter@usp.br.

2. André Gorz, *Misérias do presente, riqueza do possível*, Annablume, 2004.

3. Idem, p. 9.

O texto de Gorz, desde as primeiras páginas, desenha-se como repercussão, resposta e reflexão sobre o saliente livro de Jeremy Rifkin cujo título já manifesta inequívoca intenção de provocar escândalo, pois anuncia, nem mais e nem menos, o fim do trabalho⁴. Teria a mulher e o homem retornado finalmente ao paraíso onde tudo é obtido da graça divina? Ou, de modo totalmente inesperado, como o trabalho é o meio pelo qual este se apropria da natureza, estaria o ser humano abolindo a sua própria essência humana? Ou ainda, num lance de propaganda esquerdista, estaria o autor norte-americano noticiando o fim da forma mercadoria da força de trabalho?

Escrito numa época em que aflora entre os norte-americanos aguda consciência sobre a extensão do processo de desindustrialização da economia estadunidense, da maciça transferência das atividades industriais intensivas em trabalho para os países asiáticos principalmente, *O fim do trabalho* navega sobre o mar encapelado de desconfianças, incertezas e medos quanto ao futuro. Há algo no horizonte e isto precisa ser investigado. A tese aí apresentada sustenta que se está diante de uma nova fase no desenvolvimento da “história mundial”, caracterizada pelo fato de que nela “menos e menos trabalhadores serão necessários para produzir bens e serviços para a população global”. Derivando dos aumentos da produtividade do trabalho – uma constante na dinâmica história do capitalismo – reduções persistentes da quantidade global de emprego, as quais dependem tanto dessa produtividade quanto da acumulação de capital, chega à conclusão de que “as inovações tecnológicas e forças de mercado estão nos levando para a fronteira de um mundo sem trabalhadores”⁵. Um mundo sem trabalhadores, sem trabalhadores assalariados ou sem trabalhadores que operam repetitivamente?

Indo da transformação tecnológica da produção capitalista para a transformação do próprio modo de produção, ignorando as mediações postas pelas lutas sociais, afirma Rifkin que pretende “explorar as promessas e os perigos da Terceira Revolução Industrial, assim como começar a enfrentar os problemas complexos da transição para uma era de pós-mercado”⁶. Mas o que caracteriza tal transição rumo a uma sociedade “pós-mercado”, a qual não é construída socialmente, mas surge em decorrência das mudanças técnicas e organizacionais que o próprio sistema engendra? Como o trabalho nas empresas capitalistas tradicionais está desaparecendo, aos poucos será substituído – afirma com segurança – por atividades no chamado Terceiro Setor. À medida que a produção mercantil encolhe, crescem as atividades

4. Jeremy Rifkin, *The End of Work*, G. P. Putnam's Sons, 1995.

5. Idem, p. xvi.

6. Idem, p. xvi.

não mercantis, os afazeres que não visam ganhar dinheiro. Assim, docemente, sobrevém o fim do capitalismo.

Entrementes, enquanto o capitalismo não chega ao fim por meio de uma espécie de anorexia – pela perda de sua insaciável fome de trabalho –, torna-se excludente. Rifkin sustenta que as tecnologias de informação de comunicação mobilizadas no mercado global estão produzindo uma polarização da força de trabalho mundial em dois conjuntos irreconciliáveis: uma elite de “analistas simbólicos” que controla as tecnologias e as forças da produção e um número crescente de trabalhadores desocupados e sem perspectiva de encontrar emprego na economia “high-tech” global.

Essas conclusões se seguem de uma análise conceitualmente pouco cuidadosa. É evidente que Rifkin confunde trabalho com trabalho assalariado industrial já no próprio título de seu livro sobre o “fim do trabalho” – aliás, muito bem sucedido acadêmica e comercialmente. Na verdade, sendo mais rigoroso, ele confunde já na concepção de sua pesquisa, trabalho, força de trabalho e emprego capitalista, entendendo emprego capitalista de um modo muito restritivo.

Por um lado, não faz distinção entre trabalho e força de trabalho, ou seja, entre a atividade que se origina da capacidade de trabalho e a própria capacidade de trabalho enquanto tal. Se a primeira se manifesta como exteriorização, como atividade de intervenção no mundo, a segunda mora no corpo e na mente dos trabalhadores como uma potencialidade que pode ou não ser ativada. Por outro lado, não faz distinção entre trabalho como atributo genérico do homem, como condição eterna da existência humana na natureza, e o trabalho exercido sob as condições específicas de uma modalidade histórica de sociabilidade, ou seja, como trabalho submetido ao capital. Confunde, assim, trabalho com a forma mercadoria da força de trabalho; força esta que precisa ser vendida ao capitalista, efetivando-se assim como força de trabalho empregada, como emprego para o trabalhador. Dito de outro modo, confunde aquilo que é vendido temporariamente aos capitalistas pelos trabalhadores em troca de salário – os quais se tornam, por isso, trabalhadores assalariados – e a atividade, ou tempo produtivo no tempo do relógio, que estes últimos entregam aos capitalistas durante a vigência do contrato de trabalho.

Assim, enquanto se observa uma redução do emprego industrial nos Estados Unidos e na Europa, *O fim do trabalho* anuncia sub-repticiamente, num passe de mágica, sem as dores do parto, o fim do capitalismo, o qual aparece no texto numa forma elíptica como “pós-mercado”.

Se o texto de Rifkin atrai Gorz porque apresenta, ainda que em tom de ciência mercantilizada e popularizada, o advento do desemprego maciço, ao mesmo tempo o obriga a um esforço de esclarecimento preliminar. Ao ler o título da obra examinada, não se deve entender por trabalho – adianta o

autor europeu imediatamente na introdução – que o autor norte-americano esteja se referindo ao trabalho no sentido antropológico ou mesmo filosófico do termo. Não, Rifkin não se refere ao trabalho como atividade humana genérica de transformação da matéria ou ao trabalho como atividade prática e sensível por meio da qual um sujeito produz uma obra. O seu projeto teórico é apenas pragmático.

“Trata-se” – diz Gorz com o objetivo de melhor qualificar aquilo que é dito pelo norte-americano –, “sem equívoco, do ‘trabalho’ especificamente próprio ao capitalismo industrial”⁷. Vem a ser aquilo – acrescenta – que se pode ter ou não ter no mundo da mercadoria. Ora, o que se pode ter ou não ter enquanto trabalhador no mundo atual vem a ser emprego, o que na linguagem do cotidiano é identificado com ter o que fazer, poder trabalhar. Eis que estar ocupado na produção capitalista é a condição possível dos não possuidores de meios de produção, dos “desafortunados” que apenas podem ser aí trabalhadores assalariados. De qualquer modo, nem o trabalho enquanto tal nem o emprego simplesmente caracterizam o capitalismo, pois aquilo que o define, como bem se sabe, vem a ser a forma mercadoria dos produtos do trabalho e da força de trabalho. Pois nessa última forma especialmente já está implícito o capital como valor que se valoriza, como princípio de desenvolvimento infinito, como sanguessuga do trabalhador.

Gorz tem razão quando aponta que o trabalho como meio de exteriorização do sujeito, como atividade que se concretiza em obras, como expressão de subjetividade individual ou coletiva, quase não existe atualmente, já que o trabalhador em geral encontra-se sujeitado, determinado externamente. Entretanto, ele se refere apenas ao momento mais recente desse modo de produção em que a subsunção do trabalho ao capital está se tornando intelectual, concentrando-se injustificadamente só na questão da materialidade do produto. “Para os ‘trabalhadores do imaterial’” – diz ele – “os ‘produtos’ de seus trabalhos são evanescentes”; eles “não realizam nada de tangível” e, portanto, não se inscrevem “na materialidade objetiva daquilo que criam ou produzem”⁸. Mas no modo de produção da grande indústria que antecede historicamente as transformações “pós-fordistas”, os resultados do processo de produção são coisas tangíveis – coisas possuidoras da materialidade das rochas que vagam pelo espaço sideral –, mas já aí os trabalhadores encontram-se alienados em relação aos produtos de seus trabalhos.

Como bem se sabe, o processo de trabalho como tal, ou seja, enquanto atividade produtiva realizadora dos planos existentes na cabeça do trabalhador e dependente de seu engenho profissional, apenas se conserva

7. Gorz, op. cit., p. 9.

8. Idem, p. 10.

no capitalismo em sua primeira forma de existência, no modo de produção da manufatura. Nesse momento histórico, o capitalismo se apropria das práticas dos antigos artesãos para transformá-los em trabalhadores assalariados. Eles executam tarefas cada vez mais parceladas, mas essas tarefas continuam sendo regidas pelo princípio subjetivo. Mas a subsunção meramente formal passa a ser substituída pela subsunção forma e real do trabalho ao capital já no final do século XVIII, quando aos poucos se impõem o modo de produção da grande indústria com o seu princípio objetivo. Neste, um trabalhador típico já não pode mais dizer: eis o que eu fiz; eis o meu trabalho; isto é minha obra. Aí os operários, no dizer de Marx, já se transformam em peças vivas de autômatos sem vida, em apêndices dos sistemas de máquinas. Logo, a questão da alienação do trabalhador em relação ao produto do trabalho não se resolve na materialidade ou não do produto, mas no modo de subsunção do trabalho ao capital.

Como já se disse, vem a ser a possibilidade do desemprego maciço anunciada bombasticamente por Rifkin que desafia a inteligência e a inventividade do pensador crítico Gorz em *Misérias do presente, riqueza do possível*. Por um lado, atender a essa situação com uma demanda pela ampliação do investimento e do emprego parece-lhe uma resposta irresponsável; negar, por outro lado, que esta seja a tendência inexorável do sistema parece-lhe uma resposta perversa. Ademais, a coisa também não resolve filosoficamente. “Não é invocando” – assevera – “o caráter antropológicamente necessário [do trabalho] que se demonstrará a perenidade necessária da ‘sociedade do trabalho’. Ao contrário, é preciso abandonar o ‘trabalho’ e a ‘sociedade do trabalho’ para reencontrar o gosto e a possibilidade do ‘verdadeiro’ trabalho”⁹. Eis que se a perspectiva para milhões ou bilhões de trabalhadores é não ter emprego, então parece a Gorz que faz sentido pensar a transição da sociedade fundada no capitalismo para a sociedade baseada no socialismo na forma de um Êxodo.

Porém, eis que a redução em termos relativos ou mesmo em termos absolutos do trabalho industrial nos países desenvolvidos não significa de forma alguma, por si só, uma redução do trabalho assalariado nesses países. Como o próprio Gorz reconhece, concomitante com a redução da industrialização das economias centrais do Ocidente, expandem-se aí as atividades prestadoras de serviços; de modo mais geral, ampliam-se nessas economias a produção de bens imateriais, entre os quais se incluem não só os serviços, mas também todos os valores de uso imateriais, tais como sons, imagens, programas, etc., que exigem suportes materiais para existir. E as estatísticas de expansão do emprego nas economias desenvolvidas vieram

9. Idem, p. 10.

mostrar, ao longo dos últimos anos, que a expansão das atividades produtoras de bens imateriais é capaz de manter o nível de emprego em níveis relativamente elevados. Ademais, como o autor desse comentário já mostrou em outro lugar, essa transformação do capitalismo não autoriza o emprego do termo ‘trabalho imaterial’, pois essa expressão confunde a natureza dos produtos do trabalho com a natureza do próprio trabalho¹⁰.

Note-se que o capitalismo em quase todas as épocas não apenas suportou, mas de fato pôs com requisição de seu bom funcionamento, a existência de amplas camadas de desempregados, de subempregados e de excluídos. A consciência científica desse fenômeno aflorou na tese da existência necessária do “exército industrial de reserva”, o qual, ademais, emerge espontaneamente do próprio funcionamento do sistema. Algo diferente disso só existiu no breve período keynesiano da história do capitalismo por meio da intervenção do Estado, o que justamente não nega, mas afirma que essa tese sempre permaneceu verdadeira. A derrocada do keynesianismo na década dos anos 70, quando despencou a taxa de lucro nos principais países capitalistas, também comprova que a existência de elevado desemprego, traduzido em más condições de vida para milhões e milhões de trabalhadores, é uma condição necessária para a boa vida do capital.

Além disso, do fato de que grande parte dos bens produzidos no mundo avançado contemporâneo seja imaterial, não se pode concluir que a base de desenvolvimento do próprio capitalismo esteja se encolhendo tal como a camada de ozônio da atmosfera ou como o gelo das calotas polares. Esses bens continuam tendo a forma de mercadoria, os trabalhos que os produzem continuam se originando do trabalho assalariado, os trabalhos neles cristalizados continuam constituindo valores e fornecendo mais-valia para o capital. Mesmo o mais puro serviço pode servir de meio para a valorização do valor, interminavelmente. Ademais, se a mudança histórica tem se dado crucialmente nas forças produtivas – mudança esta que é mal sintetizada no termo Terceira Revolução Industrial já que se trata justamente da superação da grande indústria –, ela não passa e não se transforma, imediatamente, em uma mudança nas relações de produção, ainda que possa ensiná-la – mas não apenas como Êxodo.

10. Eleuterio F. S Prado, A pós-grande indústria: uma crítica a A. Negri e M. Hardt, *Crítica Marxista*, volume 17, 2003. A distinção que faz sentido, assim, é entre trabalho manual e trabalho intelectual, já que todo trabalho contém sempre algo dessas duas determinações.

Projeto de Futuro

Para Gorz, as transformações sociais necessárias devem se dar principalmente por meio do Êxodo: “é preciso abandonar o ‘trabalho’ e a ‘sociedade do trabalho’ para reencontrar [...] o ‘verdadeiro’ trabalho”¹¹. Mas o que ainda impede esse movimento de recusa do trabalho miserável para alcançar o trabalho enriquecedor que arrebatava a humanidade para novos horizontes de emancipação?

As transformações tecnológicas e organizacionais no plano das relações de produção, assim como as desobstruções dos canais de circulação no plano das transações mercantis e financeiras, vieram junto com um projeto político de dominação que ficou sendo chamado de neoliberalismo. Gorz, ao contrário de Rifkin, conhece bem o papel da hegemonia ideológica no redirecionamento das lutas sociais e na contenção das tendências anti-capitalistas que vicejam na sociedade. O neoliberalismo lhe parece ser, pois, o adversário principal do Êxodo. Mais do que isso, este se lhe afigura como um oponente difícil de ultrapassar e de vencer já que se instala no interior das consciências, nutrindo-se do acirramento da concorrência entre os indivíduos que lutam pela própria sobrevivência. Eis que o neoliberalismo reorienta o processo econômico não só para elevar as rendas capitalistas (lucro, juros, etc.), mas também para minar a solidariedade de classe dos trabalhadores.

Surge, então, uma pergunta que exige resposta: por que o neoliberalismo, que é um modo de dominação insensível tanto às necessidades da vida material dos trabalhadores tradicionais quanto às exigências do mundo da vida dos trabalhadores intelectuais que privilegia, impôs-se tão facilmente e tão abrangentemente no final do século XX?

Gorz não nega que as transformações tecnológicas, organizacionais, sociais e políticas vieram para superar a crise do capitalismo observada nas décadas dos anos 60 e 70. A sua resposta à pergunta acima, entretanto, busca nas insuficiências do passado as razões para compreender o presente: o neoliberalismo difundiu-se sem grande oposição porque o Estado Providencial assentado no keynesianismo, no fordismo e no compromisso social-democrata fracassou por não proporcionar possibilidades de auto-realização para os trabalhadores. Se esse modo de regulação estatal do capitalismo propiciou uma vida mais tranqüila para as camadas subalternas, “pacificando” o conflito de classe, produziu também uma intromissão abrangente do Estado na sociedade civil que a normalizou, hierarquizou e burocratizou. Os “cidadãos” – diz ele – foram transformados em

11. Gorz, op. cit, p. 10

“administrados”, ou seja, em “clientes” do aparelho de Estado. Ao permanecerem politicamente passivos, não poderiam resistir ao neoliberalismo; ao se sentirem cansados de viverem na jaula de ferro do capitalismo organizado, ele saudaram até certo ponto o advento de mais liberdade mercantil.

Assim, o neoliberalismo encontrou um campo fértil para a disseminação da ideologia da competência, da realização individual, do empreendedorismo, do “capital humano”. E foi capaz de se instalar não só nos sistemas econômico e político, mas também no mundo da vida social e cultural, não só com pouca resistência, mas com o apoio de parte significativa da classe operária. A difusão da doutrina neoliberal e, em consequência, o aumento de seu papel na condução da política econômica em todo o mundo, contou também com a omissão dos trabalhadores que mais se beneficiaram materialmente do desenvolvimento do capitalismo no pós-guerra. É preciso não esquecer, no entanto, que o combate constante à alienação e à passividade política nunca foi um objetivo das tendências social-democráticas em geral. Ao contrário, a sua meta estratégica sempre foi consolidar a conciliação de classes, já que isto era entendido como uma condição necessária para a prosperidade do capitalismo, agora amansado.

A outra condição importante para um fluir mais tranqüilo da acumulação de capital era, como se sabe, a redução das flutuações da demanda efetiva. O aumento do gasto público, o controle do movimento dos capitais mais voláteis e administração da elevação dos salários reais por parte do Estado apareceram então como necessários na receita keynesiana dos anos 30. O sucesso dessa receita foi inequívoco durante as três décadas que se seguiram ao final da II Guerra Mundial. Mas os seus efeitos positivos se esgotaram nos anos 70 e, assim, a burguesia teve novamente de criar novas condições institucionais – desregulação dos mercados de força de trabalho, ampla mobilidade do capital financeiro, etc. – para que a agora novamente louvada espontaneidade do sistema fizesse o trabalho sujo se subordinar intransigentemente os trabalhadores ao capital.

Ainda que de um modo algo otimista, Gorz também vê que o capitalismo pós-grande industrial destrava a sociabilidade herdada do passado keynesiano e fordista: abole massivamente postos de trabalho nas empresas, elimina grande parte da padronização das atividades funcionais nas empresas capitalistas, desburocratiza o Estado Providencial. Em consequência, enxerga nesse movimento histórico possibilidades de emancipação humana, as quais se tornariam realidade caso houvesse um livre desenvolvimento das atividades auto-organizadas e autodeterminadas. A utopia positiva e motivadora de uma sociedade formada por “trabalhadores livremente associados” aqui se manifesta novamente. Entretanto, possibilidades, mesmo se reais e não meramente imaginárias, não necessariamente se efetivam no

mundo real. Daí o seu diagnóstico intransigente que reclama uma busca de novos caminhos:

“Ora, a despadronização, a desmassificação e a desburocratização pós-fordistas buscavam o fim inverso: pretendiam substituir as leis formuladas pelas sociedades-Estado pelas ‘leis’ sem autoria do mercado; graças ao jogo sem peias dessas ‘leis’, subtrair o capital ao poder do político; conter as classes operárias rebeldes abolindo o ‘trabalho’, ao mesmo tempo em que continuava a fazer do ‘trabalho’ a base da inserção e dos direitos sociais, a via necessária rumo à estima de si e dos outros.”

“Foi assim que uma nova era nasceu, na qual o que serviria para liberar os homens e as mulheres da necessidade e da servidão voltou-se contra eles para despossuí-los e sujeitá-los. Foi assim que reapareceram as mesmas formas de subproletarização, de miséria fisiológica, de ‘vagabundagem’ e de ‘pilhagem’ que acompanharam o nascimento do capitalismo manufatureiro no fim do século XVIII. Foi assim que condições de vida de ‘terceiro mundo’ se desenvolveram no ‘primeiro’ [...]”.

“É assim que a reprodução material e cultural das sociedades entra em crise e em todos os continentes espalha-se a anomia, a barbárie, as guerras ‘civis’, larvares ou não, o medo de uma derrocada da civilização e da implosão da economia mundializada, financiarizada, na qual o dinheiro traz dinheiro sem vender nem comprar nada, a não ser ele próprio. O dinheiro transformou-se em parasita que devora a economia, o capital em predador que pilha a sociedade. Um e outro, graças à mundialização do mercado liberado de todas as regras e amarras, emancipam-se dos Estados e das sociedades-Estado pela não-sociedade absoluta [...]: o Estado mundial do próprio rei-dinheiro.”¹²

Face às sombrias perspectivas da vida individual, social e histórica, Gorz se pergunta como o capitalismo pode superar a crise dos anos 70, continuando ainda a se expandir de forma acelerada nas décadas seguintes. Mormente quando o desenvolvimento das forças produtivas desencadeado pela revolução tecnológica e organizacional não está mais de acordo com as relações de produção características da época moderna. Pois, o capitalismo recauchutado pela digitalização da informação e da comunicação desmaterializou boa parte dos meios de produção duráveis e deu novo fôlego

12. Idem, p. 12-13.

à subjetividade no processo produtivo. Assim, os meios de produção tornam-se de certo modo inadequados para a recepção da forma capital e os trabalhadores – enquanto ativadores imprescindíveis da inteligência coletiva – passam a ter mais poder sobre o andamento dos processos produtivos. Na linguagem da economia vulgar, repete então uma pergunta de Lester Thurow: “como o capitalismo pode funcionar quando o capital mais importante, o capital saber, não possui mais proprietário?”¹³

Eis que o capitalismo, segundo Gorz, continua existindo porque ele apresenta duas respostas “parciais e provisórias” para essa questão. Em primeiro lugar, porque foi capaz de criar e de manter uma nova aristocracia de trabalhadores genericamente denominada como “analistas simbólicos”. Em segundo lugar, porque foi capaz de estabelecer um domínio intelectual sobre os trabalhadores em geral, os quais passaram a ser tratados e avaliados como “capital humano”. Eis, porém, que esses dois elementos são aspectos de uma transformação mais abrangente e mais profunda que consistiu em se transformar de capitalismo de grande indústria para capitalismo pós-grande industrial. Este último é caracterizado, sobretudo, pela subsunção intelectual do trabalho ao capital e pela predominância do capital como mercadoria no processo de acumulação. E isto ocorre seja pela subordinação sem peias do capital industrial pelo capital financeiro em todas as esferas da produção seja pela transformação do próprio capital industrial em capital financeiro. Cada vez mais, o capital deixa de vender mercadorias e se nutrir do lucro para vender acesso à mercadoria dinheiro ou às outras mercadorias e se alimentar de juros; pois, os juros aparecem agora não só como juros, mas também como remuneração pelo acesso (é isso o que ocorre, por exemplo, com os programas de computador que se usa privadamente mas que não pertencem aos usuários).

Como escapar dessa armadilha? Como encontrar saídas para a derrocada dos projetos de emancipação humana? Como renovar a esperança de que um outro mundo é possível? Nos termos de John Holloway, como mudar o mundo sem tomar o poder? Como proceder ao Êxodo?

A saída propugnada por Gorz consiste em separar a necessidade de ter um rendimento individual ou familiar, suficiente e estável, para sobreviver, da necessidade de ter uma atividade remunerada na sociedade. Dado que o próprio desenvolvimento histórico do capital desmantela a instituição do

13. *Idem*, p. 14. É bom registrar que o saber enquanto tal, assim como uma máquina qualquer, não é não pode ser capital, pois este último é uma relação social de produção. Rigorosamente o que ocorre é que, sob as condições históricas da época moderna, o saber adquire a forma de capital. Que o saber seja inadequado para receber essa forma é uma coisa, porém, que ele não possa recebê-la de modo algum, isto é outra coisa. Não há dúvida que o saber-capital tem e continua tendo proprietário no capitalismo contemporâneo.

assalariamento estável pela redução e pela precarização do emprego, deduz ele que se segue daí a necessidade de desvinculação da renda de subsistência da necessidade de trabalhar para o capital. “O direito a uma renda suficiente e estável” – diz ele – “não deve mais depender da ocupação permanente e estável de um emprego; a necessidade de agir, pôr em obra, de ser apreciado por outros não precisa mais tomar a forma de um trabalho encomendado e pago”.¹⁴ Em suma, a atividade socialmente produtiva e a renda para sobreviver e prosperar por exigência do próprio processo histórico devem estar e permanecer doravante separados.

A solução dos problemas imediatos da sociedade não vem a ser mais o investimento acelerado, o crescimento econômico que gera mais riqueza e mais emprego como apregoam constantemente os defensores da sociabilidade existente, mas a redistribuição da riqueza crescente gerada por um modo de produção cada vez menos consumidor de trabalho e, portanto, menos gerador de emprego. Gorz acredita, sem dar prova empírica disso, que a redução do emprego devido ao aumento da produtividade do trabalho não está mais sendo compensada pelo aumento do investimento global, de tal modo que o volume total de emprego tipicamente capitalista está se reduzindo em escala mundial.

Dado esse quadro, a superação do capitalismo parece estar imediatamente posta pelo próprio desenvolvimento do capitalismo. Não pode haver engano sobre essa conclusão já que o próprio Gorz menciona explicitamente que a possibilidade de um além da sociedade capitalista inscreve-se em sua própria evolução. Mais do que isso, ele afirma claramente que o tempo de trabalho está em vias de deixar de ser o tempo social dominante e que o sentido da vida está em vias de ser produzido principalmente por atividades que não valorizam o capital. O capitalismo não é, pois, extinto como produto das lutas de classe e por meio da tomada do poder pelas classes exploradas, mas ele se extingue como o fogo da pira que consome aos poucos, mas persistentemente, todo o combustível que o alimenta. Basta, pois, deixar de por mais combustível na pira do deus capital, redirecionando-o para outras atividades mais interessantes do ponto de vista do mundo da vida dos homens em geral. Bastar querer fazer verdadeira a autonomia no trabalhar que o processo produtivo pós-fordista promete, mas não realiza – ou melhor, que realiza falsamente na forma da pluriatividade na empresa subordinada à valorização do capital.

A separação do ganho da atividade laboral, entretanto, não é originalmente uma proposta que vem das forças de esquerda no espectro político das sociedades contemporâneas. Sabe-se bem que a política econômica da renda mínima de subsistência, quase sempre apresentada como

14. Idem, p. 86.

política social pelos governos de direita e na plataforma de políticos “bem intencionados”, não ultrapassa os limites das propostas reformistas inerentes ao neoliberalismo. Autores como Friedrich Hayek e Milton Friedman, fundadores teóricos célebres dessa ideologia política, há muito já recomendavam a adoção de programas de renda mínima como uma forma de baixo custo capaz de conter a degradação humana e os comportamentos anômicos na base da pirâmide social, sem interferir em demasia nas instituições e no funcionamento descentralizado da economia mercantil capitalista. A renda mínima, por conseguinte, vem a ser uma política estritamente econômica porque visa em última análise, não a humanização da sociedade, mas, sobretudo, garantir a tranquilidade do processo de acumulação de capital.

Entretanto, a proposta de Gorz vai além, bem além da política neoliberal.

O seu objetivo, que aproveita supostas tendências do desenvolvimento capitalista mais recente, consiste em abrir uma brecha crescente entre a economia capitalista que continua existindo e a vida social em sua riqueza complexa que vai muito além dela. Ou seja, visa descolar não só o mundo da vida social e cultural, mas também o mundo das atividades práticas em geral das exigências postas pelo modo de produção capitalista. O rumo está determinado e consiste em “alargar ao máximo, em outros termos, as vias abertas à ‘saída do capitalismo’, compreendida no sentido de um Êxodo bíblico que inventa, pelo caminho, suas ‘terras prometidas’”.¹⁵ Já que as vias estão abertas – será que estão mesmo abertas? – propõe que devam ser instituídas leis que garantam, por um lado, uma renda suficiente para todos sem contrapartida de quaisquer atividades produtivas e, por outro, a possibilidade de todos se inserirem em multiatividades sociais sem contrapartida de qualquer ganho.

Gorz propõe, assim, concretamente um conjunto de políticas, as quais, caso forem efetivamente implementadas no seio do Estado moderno, seriam capazes de produzir o Êxodo. Essas políticas, as quais não serão aqui discutidas em detalhes, são as seguintes: a) garantir a todos, independentemente de quaisquer atributos pessoais ou sociais, uma renda vitalícia suficiente para uma existência digna em sociedade; b) redistribuir o trabalho necessário entre todos para garantir-lhes um tempo livre que poderia ser dedicado a outras atividades que não aquelas associadas ao modo de produção capitalista; c) favorecer o florescimento de novas sociabilidades e de novos modos de cooperação e de troca, capazes de estabelecer novos modos de coesão social, fora e para além do assalariamento. Ao fim e ao cabo, mediante essas três políticas, pavimentar-se-ia concretamente o caminho do Êxodo.

15. Idem, p. 92.

Porém, é preciso perguntar: e se as forças políticas que sustentam o capitalismo, e se o poder instituído que ele origina e mantém não quiser abandonar a vida social sem luta? E se elas manobram as instituições e as políticas visando à própria preservação? E se elas ousarem empregar inclusive o seu poder militar e atômico para destruir as experiências indesejadas? O que fazer?

Conclusão

Certeza do presente, ilusão do futuro?

O texto de André Gorz apresenta muitos argumentos e análises interessantes que não foram examinados nesse pequeno comentário. No seu aspecto geral, pode-se dizer que é instigante e honesto. Ao lê-lo percebe-se que se trata de obra de uma mente aguda e investigativa que está à procura de saídas para a atual crise da sociedade humana, já que muitas ideologias políticas ainda influentes, mesmo de esquerda, parecem não fornecer verdadeiramente qualquer projeto viável e, assim, esperança, de emancipação.

Entretanto, o caminho percorrido pelo comentário aqui desenvolvido chegou a levantar algumas limitações importantes do estudo de André Gorz. Em primeiro lugar, pôs em dúvida não só a magnitude extraordinária do desemprego no capitalismo contemporâneo, mas, especialmente, o prognóstico de que ele crescerá aceleradamente nos próximos anos ou décadas. Sustentou que a queda do emprego industrial no mundo desenvolvido foi compensando em boa medida pelo crescimento do emprego no setor serviços, mencionando que o emprego industrial cresceu substantivamente nos países asiáticos como um todo. Aludiu, ainda, ao fato de que trabalho em serviço recebe também a forma mercadoria e pode gerar em muitos casos mais-valia para o capital. Logo, uma saída imperativa e irrecusável para fora da sociedade salarial, rumo à sociedade da multiatividade, não está de fato à vista.

Ademais, o comentário questionou fortemente o modo como André Gorz pensou a transição do capitalismo para uma sociedade pós-mercantil que estaria além dele. Mesmo se ocorrer um afastamento espiritual generalizado em relação às práticas atuais, um cansaço social com o modo de vida possível sob o capitalismo pós-grande industrial, ainda assim um mero êxodo parece ser bem insuficiente. A transição, tal como já foi dito inúmeras vezes, não pode ser pensada como processo contínuo e sem sobressaltos, mas terá de envolver agudização da luta de classes, assim como de outras lutas sociais, e a tomada do poder pela classe trabalhadora. É certo que as crises e as oportunidades de atuar firmemente no rumo de uma transformação social ocorrerão. A questão que resta saber é se as forças de esquerda caminharão desta vez no sentido de construir uma sociedade democrática e

socialista ou se serão capazes apenas de criar novamente modos de produção estatais, em que a alienação mercantil é substituída pela alienação produzida por uma organização centralizadora, possivelmente autoritária, senão despótica. Nesse segundo caso, a criação de uma sociedade baseada na produção de trabalhadores livremente associados continuará no horizonte da esperança, esperando sempre por uma próxima vez.